

HABEAS CORPUS Nº 548.482 - ES (2019/0356435-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : TATIANA COSTA JARDIM
ADVOGADO : TATIANA COSTA JARDIM - ES012040
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : J A Z
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de J. A. Z. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo proferido no *Habeas Corpus* n.º 0009602-55.2019.8.08.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi denunciado, em 25/10/2013, como incurso no art. 214, na forma do art. 224, alínea 'a', ambos do Código Penal (fl. 165) e, em 14/07/2015, foi condenado às penas de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 217-A do Código Penal, pois:

"[c]om o advento da Lei 12.015/2009, ficou revogado o art. 214 do Código Penal. Todavia, o crime não deixou de constituir um fato típico. Simplesmente, ocorreu um deslocamento da conduta que passou a vigorar com maior amplitude.

Por sua vez, a aplicação da pena do crime deve ainda ser o da antiga conduta. Isto porque a Lei que estava em vigor na data do fato (ano de 2008), era menos gravosa (art. 2º do CP)" (fls. 52-55).

Em 10/05/2017, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo Condenado (fls. 56-69). A condenação transitou em julgado (fl. 12).

A Defesa, então, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 97):

"HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PEDIDO DE READEQUAÇÃO TÍPICA - NOVA CAPITULAÇÃO PENAL - IMPORTUNAÇÃO SEXUAL - CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO - REANÁLISE DE MÉRITO - VIA ELEITA INADEQUADA - ORDEM DENEGADA.

1. Contudo, imperioso verificar que o pleito aduzido não corresponde a uma mera 'readequação típica', senão a nova capitulação penal. Pretende a impetrante que, mesmo após transitado em julgado o

Superior Tribunal de Justiça

édito condenatório, (re)analise-se os fatos para averiguação de sua subsunção a outro tipo penal, distinto do qual foi o paciente condenado, com devida observação de elementares e circunstâncias pertinentes ao caso em concreto.

2. *O exame suscitado diz respeito a uma reanálise de mérito, sendo incabível sua apreciação tanto no Juízo da Execução quanto nesta via excepcional e estreita de habeas corpus.*

3. *As Cortes Superiores não admitem mais o manejo do habeas corpus em substituição a recursos ou impugnações autônomas, com o fim de racionalizar a utilização deste remédio recursal e prestigiar a lógica do sistema recursal e de impugnações.*

4. *Ordem denegada."*

No presente writ, a Impetrante sustenta, em suma, que é cabível a desclassificação do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do Código Penal) para o crime de importunação sexual (art. 215-A do Código Penal, incluído pela Lei n.º 13.718, de 2018), porquanto *"a imputação que fora lançada em desfavor do paciente na r. sentença condenatória e no r. acórdão que a confirmou, foi a de acariciar os seios e as nádegas da suposta vítima, sem a sua participação, o que em qualquer hipótese, [...] caracteriza crime de importunação sexual"* (fls. 28-29).

Requer, em liminar, *"a imediata suspensão do cumprimento da pena estabelecida nos autos da ação penal distribuída sob o nº 0017557-03.2013.8.08.0048, até o julgamento definitivo do presente habeas corpus"* (fl. 31) e, no mérito, *"readequação da conduta imputada ao paciente àquela prevista no art. 215-A do CPB, realizando-se o devido ajuste na dosimetria da pena"* (fl. 31).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, não verifico a presença do *fumus boni iuris* necessário para o deferimento do pleito liminar.

Com efeito:

"tem prevalecido no Superior Tribunal de Justiça a impossibilidade de desclassificação da figura do estupro de vulnerável para o art. 215-A do Código Penal, uma vez que referido tipo penal é praticado sem violência ou grave ameaça, e o tipo penal imputado ao agravante (art. 217-A do Código Penal) inclui a presunção absoluta de violência ou grave ameaça, por se tratar de menor de 14 anos.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes da Quinta e da Sexta Turmas do STJ: AgRg no HC 491.481/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019; AgRg no AREsp 1.168.566/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019; AgRg no REsp 1.761.248/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019 e AgRg no AREsp 1.361.865/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 07/02/2019, DJe 01/03/2019. [...]" (AgRg na RvCr 4.969/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/06/2019, DJe 01/07/2019, sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora